

06-04-2018 - ATA DA 4ª REUNIÃO DO CDC, GESTÃO 2016-2018, REALIZADA EM VITÓRIA – ES

Aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, na sala de reuniões do Hotel Ilha do Boi - SENAC, na Rua Bráulio Macedo, número 417, Ilha do Boi, Vitória, Espírito Santo, reuniram-se os conselheiros do Conselho Deliberativo e Científico (CDC) da ABRATEF, Gestão 2016-2018, tendo como coordenadora Daniela Bertoncetto de Oliveira (APRTF) e as secretárias Danielle Doss Damo Martins da Silva (ACATEF) e Edna Malheiros (APETEF), com início em segunda chamada às 9h15. **A coordenadora Daniela (APRTF) inicia a reunião passando a palavra às anfitriãs Silvia Fontes e Márcia Perin (ATEFES), que deram as boas-vindas e agradeceram a presença de todos. A coordenadora, na sequência, faz a leitura da convocação e da pauta da reunião:** Abertura, verificação do quórum e assinatura do livro de presença dos Conselheiros; Aprovação da ata da reunião ocorrida em Curitiba - PR, em 19 e 20 de Outubro de 2017; Considerações iniciais da Coordenação; Notícias atualizadas trazidas pela Associada Maria Rita Seixas sobre o andamento da Moção realizada para a construção da Política Nacional de Saúde Mental no Brasil, conforme 1ª reunião do biênio realizada em Pirenópolis - GO. Ada Pellegrini Lemos (APTF) solicita que na pauta, em considerações gerais, possa ser incluída a discussão sobre o encaminhamento da Terapia Familiar como profissão, a nível de Pós Graduação, regulamentada pelo MEC. A coordenadora Daniela (APRTF) informa que essa solicitação deverá constar em Ata, mesmo que por uma questão de tempo o tema não consiga ser explorado nesse biênio, mas ficará como sugestão para o próximo. Daniela (APTRF) comunica que a presidente da ABRATEF, Vera Risi (ATF-RJ) solicitou a inclusão da revisão do Regimento Interno da ABRATEF como pauta para esta reunião. O Regimento Interno atual e a proposta da nova redação foram colocados nas pastas que todos os Conselheiros receberam neste dia. Daniela (APRTF) inicia suas considerações iniciais lembrando que estamos frente a eleições de diretoria em todas as regionais e consequentemente de seus conselheiros. Assegura que esse Conselho tem um papel fundamental e solicita que todos sejam zelosos na escolha dos conselheiros de suas regionais, pois cada conselheiro representa a voz da sua regional. Solicita também que a pauta inicie com a apresentação da Maria Rita (APTF), o que foi aprovado por todos os presentes. **Maria Rita (APTF) inicia relatando o andamento da Moção, que tem por objetivo a reinserção do Terapeuta Familiar na rede pública em todo o Brasil.** Após reunião com o Assessor do Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, foi aprovado um projeto piloto que terá a seguinte estrutura: pretendem formar 120 grupos no Brasil para capacitar os profissionais da Rede Pública de Saúde Mental em Psicodrama e Atendimento Familiar. A capacitação irá abranger 500 pessoas e ela deverá ser realizada por 10 Instituições, sendo que 250 pessoas serão capacitadas em Atendimento Familiar e 250 pessoas em Psicodrama. Cada Instituto formará 50 pessoas. Essa capacitação será de um ano e meio, divididos em 144 horas de teoria e 288 horas de supervisão que serão realizados em três grupos de 16 pessoas. Os encontros acontecerão duas vezes ao mês ao longo de um ano e meio nas sextas-feiras à noite e sábados de manhã e tarde. Nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina acontecerão os grupos de Psicodrama destinados a psicólogos e psiquiatras e no Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco ocorrerão os grupos voltados à Terapia Familiar, destinados a todos os profissionais da rede. Os grupos serão formados por funcionários públicos. Os professores receberão R\$ 120,00 hora/aula e R\$ 150,00 hora/supervisão. Cecília Veluk Baptista (ATF-RJ) comenta sobre um projeto anterior do Ministério da Saúde que não obteve êxito de participação devido ao fato de ser no final de semana. Maria Rita (APTF) argumenta relatando uma experiência positiva nesse formato. Questiona-se acerca da seleção dos profissionais a serem capacitados. Maria Rita (APTF) esclarece que a seleção será realizada pelo próprio município. Explica que haverá um currículo mínimo que deverá ser obedecido e um processo avaliativo de cada aluno, onde os professores deverão apresentar: lista de presença, fotos das aulas, resumos das aulas e ao final de cada módulo um relatório que será acompanhado e avaliado por uma equipe formada por três profissionais. Haverá também critérios básicos para o Instituto de Formação, que serão: ser cadastrado como formador, estar filiado à ABRATEF ou FEBRAP (Federação Brasileira de Psicodrama), verificar se o formador não possui vínculo empregatício público, possuir CNPJ da Instituição e o profissional mandar a nota junto do CNPJ

da Instituição e seguir o currículo mínimo que está sendo elaborado. Existirá uma equipe de coordenação da capacitação e será estabelecido um currículo mínimo que será acompanhado por essa coordenação. O projeto já passou pela Santa Casa, atualmente está no Sistema de Convênios – SICONV e estão aguardando a resposta deles até o mês de Junho, sendo que o projeto da capacitação deverá ter início em agosto. Maria Rita (APTF) explicita a necessidade de que a ABRATEF seja reconhecida como órgão de utilidade pública. Vera (ATF-RJ) esclarece que já está sendo providenciado o reconhecimento junto à Certificação de Entidade Brasileira de Assistências - CEBAS e aproveita para agradecer à Maria Rita (APTF), pelo belíssimo trabalho realizado em nome da ABRATEF. Maria Luiza Munhoz (APTF) agradece também aos membros da Associação Paulista de Terapia Familiar que contribuíram de forma intensa e direta na primeira fase desse trabalho. O resultado do encaminhamento de Maria Rita (APTF) é elogiado e aplaudido pelo grupo. Maria Rita agradece a Presidente da ABRATEF, Vera Risi, que se prontifica em ir a São Paulo para participar da reunião com o coordenador do Projeto. **A coordenação segue para o próximo item da pauta: Discussão final sobre a alteração do nome da NOVA CATEGORIA DE ASSOCIADO**, a partir do parecer de cada regional conforme tarefa definida no último encontro. Atualmente, o nome da categoria é Associado Titular Profissional de Práticas com Famílias. Foram definidas duas novas opções de nome e lugar para essa categoria, que foram discutidas pelo CDC em todas as reuniões anteriores deste biênio, para que pudessem ser votadas pelas Regionais, expressando o desejo da maioria: **OPÇÃO 1:** Associado Colaborador Profissional de Múltiplas Práticas com Famílias e **OPÇÃO 2:** Associado Membro Efetivo de Múltiplas Práticas com Famílias. Os conselheiros iniciam sua explanação e seu voto, por regional: Danielle (ACATEF) comenta que a discussão na Regional foi positiva, gerando várias problematizações e que venceu por pequena margem a opção 1. Edna (APETEF) relembra que foi a sua regional APETEF que sugeriu a categoria conforme a primeira opção e sua regional votou na opção 1. Eliane Alves (AMATEF) comunica não ter sido aberta a discussão entre os associados da sua regional, mas como representante da Regional vota nesse momento na opção 2. Elza Artigas (APRTF) relata que nas discussões realizadas em sua regional ocorreu praticamente um empate, com uma pequena diferença para a opção 1. Helena Centeno Hintz (AGATEF) diz que sua Regional foi unânime pela opção 1. Virginia Uchoa (ACTF) também comunica unanimidade na opção 1. Ana Cristina Barros Fróes (ATF-RJ) explica que foram realizadas diversas discussões e que a Regional chegou ao consenso pela opção 1. Maria Luíza (APTF) coloca que também foram realizadas várias discussões e definiram pelo voto na opção 2. Silvana Silvestre (ATFAGO) relata uma pequena margem para a opção 2. Silvia Fontes (ATEFES), a partir de discussões de diretoria, vota na opção 1. Maria Helena Coelho (ATF-MS), em nome da Regional, vota na opção 1. A ARTEF-BA, pelo fato de não haver Conselheiros presentes neste encontro, enviou por email anteriormente à Coordenadora, seu voto para a opção 1. No total foram doze (12) votos, sendo nove (9) votos para a opção 1 e três (3) votos para a opção 2, **ficando definida portanto, a alteração da categoria Associado Titular Profissional de Múltiplas Práticas com Famílias para Associado Colaborador Profissional de Múltiplas Práticas com Famílias**. Nesse momento é aprovada também a retirada no texto da descrição da categoria associado colaborador: *“mesmo não sendo Terapeutas”*. Ambas as alterações deverão passar pela aprovação da AGO no Rio de Janeiro, em agosto, durante o 13º Congresso Brasileiro. A partir disso, fica como objetivo para o novo biênio a discussão de quais serão os direitos e deveres da nova categoria e quais serão os critérios a serem seguidos, por exemplo, em relação às formas de admissão e formação mínima, pois a ABRATEF possui atualmente somente os critérios sobre a formação da categoria Terapeuta de Família e não ainda sobre essa nova categoria. Maria Rita (APTF) coloca que eles pleitearam para que a ABRATEF e FEBRAP entrassem via Certificação de Entidade Brasileira de Assistências - CEBAS, mas como isso deve demorar entraram através da Santa Casa como intermediária. No entanto, precisam agilizar esse processo para que a Santa Casa desocupe essa posição de intermediária. **Daniela (APRTF) passa a palavra à Vera Risi (ATF-RJ), Presidente da ABRATEF, que relata o trabalho que a ABRATEF vem realizando** e explica a necessidade que vivenciou de que as normativas da Associação Brasileira assim como das Regionais estejam melhores organizadas, em seu próprio regimento interno da ABRATEF. Vera (ATF-RJ) traz o Regimento Interno com as sugestões de mudança para a aprovação do CDC e para depois ser referendado pela AGO. Anuncia a expectativa de abertura de duas novas regionais: uma regional no Maranhão, sabendo que uma pessoa da DOMUS - RS está ministrando um curso de Terapia de Família neste local e outra em João Pessoa, na Paraíba em que uma pessoa que era associada da

AGATEF demonstrou interesse em abrir um curso nesta cidade. Vera (ATF-RJ) orientou que esses interessados formassem turmas de formação, ainda antes de organizar uma nova regional e pudessem ainda se associar à Regional da cidade mais próxima, para então formar a diretoria de uma nova regional. Apresenta as ações da ABRATEF desde a última reunião: reformulação do Regimento Interno, ações de organização do 13º Congresso, viagem a São Paulo - SP para reunião sobre a Moção no Ministério da Saúde, ações contábeis da ABRATEF e do Congresso, apoio às Regionais existentes, cobrança das anuidades junto às regionais, atualização de cadastro dos associados junto as regionais com descrição da graduação dos profissionais e atualização permanente do site da ABRATEF (neste quesito solicita que todos contribuam olhando o site com frequência e enviando a ela as questões que não estejam adequadas ou mesmo outras sugestões). Anuncia que todas as regionais pagaram as anuidades e que a contabilidade das gestões anteriores está organizada. Neste ano, a arrecadação das Regionais foi de R\$ 18.775,53 e lembra que a data limite do recolhimento da anuidade da ABRATEF é 31 de janeiro de cada ano. Vera menciona quais são as despesas da ABRATEF: site, contador, MailChip (newsletter), hospedagem do site, despesas de cartório, papelaria, passagem aérea a São Paulo. Apresenta uma tabela de associados por Regional mostrando que atualmente a ABRATEF conta com 954 Associados, sendo 17 Fundadores, 768 Titulares, 37 Colaboradores e 128 Aspirantes. Apresenta um vídeo explicativo que Rosane Porto (ATF-RJ), Presidente da Comissão de Comunicação e Divulgação do Congresso, enviou ao grupo nesta reunião, pois não pôde estar presente. Apresenta os dados referentes às inscrições no 13º Congresso. Até o momento, somam-se 799 inscritos e mais 172 aguardando o pagamento. Para o Workshop do Maurizio Andolfi, somam-se 490 inscritos e há lista de espera. Vera (ATF-RJ) trouxe flyers do Congresso e solicita que todos colaborem com a divulgação, entregando a ficha de inscrição para os alunos das novas turmas dos Institutos Formadores dos seus Estados. Rosana Galina (APTF) levanta a preocupação com a segurança no Rio de Janeiro, pois tem ouvido muitas notícias acerca dessa situação. Cynthia Ladvoat (ATF-RJ) explica que a escolha do local já considerou esse aspecto, fazendo parte de uma região considerada mais tranquila. Explica ainda que a organização do Congresso colocará à disposição dos congressistas, uma empresa com Mini Ônibus, para contratação de serviço de deslocamento dos aeroportos para o local do evento, considerando essa ação importante para a segurança e bem-estar dos congressistas. Também solicita o auxílio das Regionais para a divulgação do Congresso. Na seqüência, Ieda Dorfman (AGATEF) solicita que seja modificado no Estatuto o texto em que possa ser referido que a Comissão de Pesquisa seja parte da Comissão do Congresso e não esteja como uma comissão à parte no CDC. Maria Luiza (APTF) contribui falando da importância do espaço para o pesquisador brasileiro. Danielle (ACATEF) corrobora relatando a dificuldade de convidar os pesquisadores vinculados à academia para o Congresso, visto que precisam de espaço para a apresentação dos seus trabalhos e a publicação de Anais. Daniela (APRTF) lembra como foi a divulgação do Encontro de Pesquisadores em Curitiba que ultrapassou a expectativa de participantes. Sugere ainda que nos materiais de divulgação do Congresso haja a divulgação do Encontro de Pesquisadores, como ocorria antigamente. Lembra a necessidade de produção científica em Terapia Familiar, posição esta também sustentada por Maria Luiza (APTF). Ada Pellegrini (APTF) pede a palavra e propõe uma reflexão acerca da não legitimização da profissão pelas Associações. Aponta que a Terapia Familiar tem como objeto de estudo a família e uma metodologia que combina elementos, sendo uma área aberta ao novo conhecimento que obrigatoriamente é multidisciplinar. Acredita que é o momento de trabalharmos na profissionalização do Terapeuta Familiar, a nível de Categoria Profissional. Sugere que o CDC, por ser um órgão Deliberativo Consultivo, deveria concentrar seus esforços em ser um Conselho da profissão. Rosana (APTF) contribui questionando como o CDC poderia contribuir com esse movimento de profissionalização da Terapia Familiar. Sugere que essa discussão possa ser concluída no dia seguinte, como era previsto, por ser uma temática que pode ser amadurecida a partir das falas das Regionais. Elza Artigas (APRTF) pede a palavra e coloca que apesar do seu pouco tempo no CDC observa que há um grande esvaziamento das associações e pensa que essa discussão poderia contribuir e vir a preenchê-las. Comenta da dificuldade de organização do Encontro de Formadores ocorrido em Curitiba no ano anterior, o que considera um reflexo dessa situação e perante isso, sugere a reformulação ou extinção deste momento. Daniela (APRTF) sugere que o Encontro de Formadores pudesse ocorrer no final de todos os Simpósios Brasileiros e não como um evento particular. Elza (APRTF) conclui ressaltando a importância de repensar a formação. Maria Helena (ATF-MS) se pronuncia considerando fundamental a existência de Anais

do Congresso por ser necessário manter uma boa relação com a academia. Acredita que a forma como o CDC funciona é muito burocrata, assim como a cultura brasileira. Sugere pensar primeiramente no CDC, na prática, ao invés de muitas discussões teóricas e burocráticas. Elogia o trabalho da Terapia Familiar com aplausos. Cynthia (ATF-RJ) sugere que no momento das falas das regionais cada qual possa se posicionar sobre para onde vai a ABRATEF. Rosana (APTF) retoma a temática do Encontro de Formadores falando que a ideia seria fomentar as dúvidas sobre a prática. É a favor da existência desse Encontro para extrair dos próprios participantes o que a prática tem a oferecer. Helena Centeno Hintz (AGATEF) endossa as palavras de Rosana (APTF) na concordância de que o Encontro de Formadores é importante e cita o exemplo do Encontro realizado em Gramado com o intuito de pensar na pessoa do formador e na formação dos profissionais a serem formados, com suas dificuldades e facilidades. Mara Lúcia Rossato (AGATEF) sugere que haja um encontro específico de elaboração de propostas consistentes para a formação. Eliane (AMATEF) sugere que a ABRATEF possa estar em todos os estados, saindo do eixo RJ – RS, pois as pequenas Regionais precisam disso, necessitando divulgar o conhecimento e o trabalho dos Terapeutas Familiares. Acrescenta ainda que isso só será possível se as Regionais dos grandes centros apoiarem as pequenas dos centros mais distantes e menores. Exemplifica com a situação de que Cynthia (ATF-RJ) e Maria Cecília (ATF-RJ) têm contribuído, através de suas participações, para o fortalecimento da AMATEF. Silvana Silvestre (ATFAGO) se manifesta comentando sobre a parceria com o Tribunal de Justiça de Goiás e IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família que contribui para ampliar a prática, com um público de advogados, juízes e outros profissionais. Questiona qual será o futuro da ABRATEF. Para onde estamos indo. A reunião é interrompida às 13h00 para o almoço com retorno previsto para as 14h30. **Dando continuidade à reunião Daniela (APRTF) passa a palavra para Ieda (AGATEF) que traz notícias sobre a apresentação do Encontro de Pesquisadores, no 13º Congresso e Maria Luiza (APTF) acrescenta que é importante o espaço da Pesquisa para que possamos mostrar o que estamos fazendo em termos de pesquisa no Brasil, para fortalecer a legitimidade científica da profissão de terapeuta familiar e comenta que acompanhou o pessoal do RELATES e eles levaram o resultado das nossas pesquisas para serem apresentadas lá. Foram feitas também, várias reflexões sobre o Encontro de Formadores ou Multiplicadores. Em seguida, é passada a palavra à Vera (ATF-RJ) que apresenta a nova proposta de Regimento Interno da ABRATEF.** Danielle (ACATEF) sugere que o grupo se divida em pequenos grupos para discutir algumas partes do que foi proposto. Após as discussões em pequenos grupos, o grande grupo novamente reunido aponta modificações de redação para melhor clareza do texto. Rosana (APTF) sugere que ao lado do título seja acrescentado: referendado em Agosto na AGO no Rio de Janeiro, conforme artigo 37 do Estatuto. A inclusão de um parágrafo segundo: Toda regional deverá atualizar mensalmente o cadastro de associados. Danielle (ACATEF), fala em nome do seu grupo, apresentando a sugestão de que o presidente seja obrigatoriamente um dos conselheiros e que o número de conselheiros seja equiparado em todas as regionais. Lucia Vinagre (ATF-RJ) disse não concordar com o aumento dos conselheiros visto que se trata de representantes da Regional. Daniela (APRTF) sugere que as regionais com menor número de representantes, nesse momento, se manifestem. Eliane (AMATEF) assegura que a falta de participação tem a ver com a falta de amadurecimento. Concorda que essa proposta seria importante no sentido de revezamento. Silvana (ATFAGO) justifica defendendo a possibilidade de equidade entre as regionais. Luis José de Menezes e Souza (ACTF) aponta que deveria se discutir por número de associações e não por número de associados. Rosana (APTF) lembra que os Conselheiros devem ter voz e que não se trata de uma questão de ganhar ou perder força. Esclarece que o CDC é aberto a todos e que seus membros devem ter voz. Neste caso, Daniela sugere que os votos sejam por Regional e não por Conselheiro. Essa sugestão é aprovada por todos os presentes. Em relação ao número de Conselheiros por Regional, colocado em questão pelo pequeno grupo: Maria Luiza (APTF) lembra que essa forma de estabelecimento teria sentido em um contexto diferente. A sugestão de Daniela (APRTF) é que sejam modificados os critérios da seguinte forma: até 50 associados: 3 Conselheiros; entre 51 e 99 associados: 4 Conselheiros e acima de 100 associados: 5 Conselheiros. Lembrando que o Presidente seria obrigatoriamente também um conselheiro, com direito a voto, pela sugestão anterior do grupo. A segunda votação é a de que o número de representantes seja igual para todas as regionais e que as votações no CDC sejam por Regional. Após discussões acerca disso, Cynthia (ATF-RJ) sugere que a Regional possa ter no mínimo dois (2) conselheiros, sendo o presidente mais um e no máximo cinco (5) conselheiros, sendo o presidente e mais quatro,

com a recomendação de que esse número total seja definido por cada regional, no início de cada biênio e mantido durante todo ele, sem alteração. Colocado em votação, foi aprovado por todas as Regionais. Mara Rossato (AGATEF) sugere que antes de ser votado seja gestado primeiramente esse assunto nas regionais. Como definição, a coordenadora organiza a votação: 1 – Votar as duas alterações propostas; 2 – Votar nesta reunião de Vitória, apenas a alteração do número de conselheiros; 3 - Não votar nenhuma das proposições nesse encontro. Foram quinze (15) votos para a opção 1, mostrando o interesse da maioria em votar as duas alterações nessa data; foram três (3) votos para a opção 2 e quatro (4) votos para a opção 3. Desta forma foi votada a alteração: Cada associação deverá ter no mínimo 2 conselheiros (sendo um presidente) e no máximo 5 Conselheiros (sendo um presidente); os conselheiros eleitos deverão ser comunicados ao CDC no início do biênio, ficando proibida sua modificação ao longo do biênio. Esse termo é aprovado por unanimidade. A segunda votação foi referente ao direito de voto no CDC: como opção 1: o voto seria por regional relativo a questões estatutárias e por conselheiro em relação a outras questões, a opção 2 seria manter o voto por conselheiro e a opção 3 seria que todas as decisões sejam votadas por regional. Foram dezoito (18) votos para a opção 1, dois (2) votos para a opção 2 e quatro (4) votos para a opção 3. Fica definido que as votações, acerca das alterações estatutárias, ocorrerão por voto por Regional e que em relação às demais questões a serem votadas, o voto se dará por Conselheiro. Mara (AGATEF) em nome do pequeno grupo sugere nova redação ao Parágrafo Primeiro do Art.4º: Cada regional estipulará o valor da sua anuidade. O pagamento deverá ocorrer preferencialmente no primeiro trimestre do ano. A filiação que ocorrer em outro momento do ano, o pagamento da anuidade será proporcional aos meses vigentes à sua associação. Mara (AGATEF) sugere também alteração no Parágrafo Quarto do mesmo artigo para: As Regionais com três anos de inadimplência, consecutivos ou não, serão excluídas da rede da ABRATEF, salvo deliberação do CDC. Os associados destas Regionais poderão se filiar a outra regional mais próxima da sua cidade. Na sequência, sugere aperfeiçoamento do Parágrafo quinto: A cada gestão da ABRATEF, seu Presidente será responsável pelo registro atualizado das anuidades pagas pelas regionais e repasse dessas informações para o próximo Presidente. Sugere também que o termo Planejamento Acadêmico do Art. 11 seja alterado para Planejamento Científico. Daniela (APRTF) informa que todas as alterações foram aprovadas e serão enviadas, juntamente com a ata para uma revisão mais detalhada dos Conselheiros. Cynthia (ATF-RJ) propõe que nas próximas reuniões a dinâmica seja diferente, com acréscimo de momentos mais relaxantes para diminuir o desgaste da reunião. Daniela (APRTF) propõe que seja incluído no Estatuto, no artigo 23, parágrafo 4, a possibilidade da Coordenação do CDC ser realizada por dois Conselheiros eleitos, ocupando os papéis de Coordenador e Vice Coordenador, assim como dois Secretários, que na prática desses últimos, já ocorre. O grupo aprova. Coloca a sugestão de dois nomes de Coordenadores para o próximo Biênio: Ieda (AGATEF) e Helena (AGATEF). Cynthia (ATF-RJ) lembra que isso depende de continuarem sendo conselheiras e que quem deve definir esse cargo será o próximo Presidente da ABRATEF. Vera (ATF-RJ) comunica que fez contato com várias Regionais para sediarem a ABRATEF no próximo Biênio, sem sucesso, e que foi comunicada naquele dia que a ACTF aceitou o convite para receber a ABRATEF. Cynthia (ATF-RJ) lembra, como uma questão de ordem, que está aberto o período de inscrição para candidatura da presidência da ABRATEF, conforme o estatuto da ABRATEF, para qualquer regional interessada. **A reunião foi encerrada às 19h08 pela coordenadora Daniela (APRTF). O segundo dia da reunião inicia às 9h15 com a retomada da pauta, seguida pela apresentação de Cecília (ATJ-RJ) sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Científica.** Apresenta o nome das pessoas que compõem a equipe da Comissão Científica, mencionando que cada membro da comissão é responsável pelo contato com uma regional. Detalha o Programa do Congresso. Fica definido que a reunião do CDC, durante o Congresso, ocorrerá no horário do almoço, no dia 03/08 e que o horário da Assembleia será incluído na programação. Solicita que os interessados em submeter trabalhos possam fazê-lo o quanto antes, para contribuir com o grupo de avaliação, devido à proximidade da data limite. Os trabalhos de pesquisa serão enviados para a Comissão de Pesquisa avaliar, no modelo de avaliação cega, sem identificação. Solicita ao grupo novamente, que contribuam com os vídeos de convidados para o momento: Memórias da Terapia Familiar (Nacional e Internacional). Adriana Zanonato (AGATEF) sugere que sejam usados também pequenos trechos ou frases de palestras já realizadas no Brasil que possam ser importantes ou relevantes. Surgem várias ideias e o prazo definido para a entrega desse material fica para 15/05. Os vídeos devem ser enviados para o WhatsApp de Cecília (ATF-RJ) ou de Vera (ATF-RJ) e será a comissão do congresso que fará a

edição dos vídeos enviados em um único vídeo final. Apresenta os nomes que farão parte nas plenárias, o número de trabalhos que serão oportunizados em cada categoria, sendo: Oficinas, Temas Livre, Painéis, Pesquisas e Diálogos Interativos, informando ainda que os critérios gerais para a inscrição e apresentação dos trabalhos científicos estão no site do 13º Congresso. Explica que cada autor poderá inscrever apenas um trabalho como autor principal. Com relação à roda de conversa serão dois coordenadores e a lista já está pronta, podendo ser feita uma dinâmica, dividindo em grupo e abrindo para uma conversa. **Na sequência, Daniela (APRTF) reassume a palavra e inicia o item de pauta: Apresentação oral e escrita do relatório das atividades desenvolvidas pelas comissões de trabalho desse biênio.** A comissão que inicia é a comissão de História, através de Rosana (APTF) que apresenta o objetivo desta Comissão como sendo a organização de relatos das diferentes regionais no que se refere a mudanças e eventos significativos ocorridos nos últimos anos. Tem nessa proposta a intenção de, a partir desses depoimentos, poder melhor traçar o contorno da ABRATEF, mapeando as ações individuais que surgiram para atender as diferentes demandas regionais. E ainda deixar um documento fácil de ser acessado, que ficará na ABRATEF e que facilmente possa ser pesquisado. Relata as tarefas recebidas pelas Regionais, dando ênfase ao modo como gostaria que fosse realizada a tarefa, a exemplo da ATFAGO e ACATEF. Luiz Carlos Prado (AGATEF) sugere que tal documento organizado pela Comissão seja incluído no site. Em seguida a Comissão de Pesquisa, através de Ieda (AGATEF), apresenta o relatório dessa Comissão, que é responsável pelo VII Encontro de Pesquisadores. No Congresso de 2018 existirão 3 espaços de 1h30 que serão ocupados para discutir como fazer pesquisa, não tendo ligação com a Academia. Apresenta os nomes que foram convidados e que participarão desses momentos e suas temáticas. Segue o relato da Comissão Editorial, onde Mara (AGATEF) explica que até dezembro de 2017 tinha recebido apenas 3 artigos e depois disso, através de uma segunda chamada e da extensão do prazo de submissão de artigos, foram recebidos então 25 artigos, o que provavelmente fará com que tenham material para mais uma edição da Revista. Ressalta o descuido ou desconsideração com a Revista por algumas pessoas em suas submissões dos seus artigos. Solicita que a Regional faça um trabalho para a valorização da revista, que tem como meta a Indexação, mas para isso ocorrer precisa ter duas edições no ano, sendo então periódica. Comenta também a possibilidade das Edições serem on-line e no mínimo anual. Helena (AGATEF) argumenta a facilidade e importância da Revista ser on-line. Lucia (ATF-RJ) em nome da Comissão de Relações Internacionais, Nacionais e Institucionais sugere que o CDC estabeleça qual o objetivo prático para a ação dessa Comissão. Refere que não consegue estabelecer claramente, a serviço de que esta Comissão existe. Deixa a proposta de que no próximo Biênio essa questão seja discutida. Daniela (APRTF) lembra que a ideia dessa comissão seria de que algumas parcerias pudessem ser iniciadas e formadas, com outras Entidades e Instituições. Solicita que a Comissão apresente seus objetivos ao CDC, como já havia sido pedido em tarefa anterior. Cecília (ATF-RJ) se manifesta mencionando que neste biênio a ABRATEF fez algumas parcerias importantes como, por exemplo, com o Ministério da Saúde. Considera que o presidente da ABRATEF é que deveria assumir essa Comissão com o auxílio de seus membros participantes, por ser este o cargo de interlocução entre essas relações. Rosana relembra que na gestão passada essa questão havia sido definida como função da Presidente da ABRATEF, como lembra Cecília, e que na mesma gestão teve um trabalho interessante de bons frutos da Helena com a RELATES. Houve um momento, na história da ABRATEF em que a relação com entidades internacionais foi intensa, coordenada pela Marilene Grandesso e posteriormente esse trabalho não teve continuidade. Mara (AGATEF) lembra que esse era o objetivo da Comissão e que considera que a conclusão é de que não aconteceu como o esperado. Daniela (APRTF) novamente solicita que a Comissão faça um relatório formalizando essa situação, para constar em ata. Esclarece mais uma vez que a tarefa desta Comissão seria ampliar os contatos que poderiam propiciar à ABRATEF, a formação de uma rede cada vez maior. Vera (ATF-RJ) comenta sobre a dificuldade atual com a parceria do RELATES, onde não houve o convite para a ABRATEF participar nesse ano e relata sobre as parcerias que tem feito: Associação Brasileira de Psiquiatria - ABRAP e com a Associação Brasileira de Psicoterapia - ABP. **Em seguida, a Coordenação passa para o momento das notícias das Regionais priorizando as que necessitam de alguma orientação específica do CDC.** Inicia por Claudia Naglis (ATF-MS) que apresenta como a Regional está se organizando, quais os eventos realizados e o interesse à candidatura para assumir a ABRATEF no biênio 2020-2022. Elza (APRTF) comunica que a Regional está fazendo um mini curso com a temática da Mediação. Eliane

(AMATEF) anuncia que, diante da possibilidade de ninguém assumir a Regional, ela assumirá juntamente com algumas recém-associadas e aspirantes. Sente-se amparada e impulsionada pela visita e apoio de Cynthia (ATF-RJ) no Mato Grosso. Edna (APETEF) relata um projeto de supervisão, que chamam de Intervisão, através do qual tentarão mobilizar os associados a oferecer intervenção dos casos, seja em grupo ou individual. Explica que nesse momento a direção da APETEF está organizando a Associação do ponto de vista administrativo, financeiro e técnico, realizando alguns eventos dirigidos ao público, como, por exemplo, a celebração do Dia Internacional da Família. Danielle (ACATEF) anuncia que a sala da Regional foi alugada, e que isso resolverá em breve o problema econômico da Regional. Comunica também a organização de chapa para nova diretoria e o Workshop com Luiz Carlos Osório que está sendo programado. Helena (AGATEF) comunica a fundação de um novo comitê chamado Mulheres e Suas Vozes e a participação no evento: *Não me calo: o silêncio que mata a voz que empodera*, com os temas: raça, gênero, violência e direitos. Anuncia também os convênios com três Universidades para receber estagiários em Psicologia Clínica, além de evento em parceria com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, para lançamento da campanha quando uma imagem vira pesadelo, que é uma campanha de conscientização de crianças e adolescente sobre o risco de enviar fotos íntimas pela internet. Virginia (ACTF), relata que a Regional tem realizado rodas de conversa, que tem tido público variado de profissionais e da comunidade. Estão também oportunizando aos associados para proferirem pequenas palestras. Ana Cristina (ATF-RJ) fala que o desafio da Regional tem sido a clínica social, visto a falta de espaço físico, acontece nas clínicas privadas dos associados. Tem como meta o espaço físico próprio. Cita o trabalho do DIF – Dia Internacional da Família. Sugere aos demais os trabalhos on-line, que facilitam o trabalho em outras regiões do Estado. Solicita o apoio de todos para o 13º Congresso. Maria Luíza (APTF) relata que estão organizando um encontro entre os Institutos com apresentações de monografias também como forma de incentivar trabalhos para serem apresentados no Congresso. A APTF está focando em políticas públicas a fim de ampliar os atendimentos das clínicas sociais. Esta ação que teve início na APTF beneficia outras Regionais do Brasil, desde Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro até Ceará e Pernambuco. Silvana (ATFAGO) relata a continuidade da parceria com o Tribunal de Justiça e o recebimento do Prêmio Nacional Conciliar é Legal pelo trabalho no projeto Roda de Conversa. O trabalho ganhou uma repercussão muito grande tanto no Judiciário como no social. Ada (APTF) sugere que esse trabalho seja levado ao Congresso. Cecília (ATF-RJ) sugere que esse trabalho possa também ser implementado em todo Brasil, assim como aquele que está acontecendo com o Ministério da Saúde. Marcia (ATEFES) anuncia que a Regional é parceira do grupo API - Apoio a Perdas Irreparáveis, no Trabalho com Adoção e no Hospital Policial Militar do Espírito Santo no atendimento a Oficiais. Além disso, serão apoiadores do Congresso de Prevenção ao Suicídio que acontecerá em Vitória. **A coordenadora Daniela (APRTF) retoma a palavra e informa que as tarefas para a próxima reunião do CDC, que ocorrerá no dia 03/08 são: envio dos nomes dos conselheiros e presidentes eleitos de todas as regionais e relatórios finais das comissões, relatando o desenvolvimento das suas atividades, com prazo para o dia 15/07/2018. A coordenadora abre o espaço para as considerações finais, solicitando que cada Conselheiro faça sua auto avaliação sobre sua participação no CDC neste biênio. Daniela (APRTF) faz suas considerações finais e encerra o encontro às 13h40.**

Daniela Bertoncello de Oliveira
Coordenadora CDC – Biênio 2016-2018

Danielle Doss Damo M. da Silva & Edna Malheiros
Secretárias CDC – Biênio 2016-2018